



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

RELATÓRIO

# **GESTÃO 2024-2025**

**Conselheiro Domingos Taufner**

**Presidente**



[www.tcees.tce.br](http://www.tcees.tce.br) | [f](#) [i](#) [t](#) [in](#) [@tceespiritosanto](#)



# COMPOSIÇÃO GESTÃO 2024-2025

---

## **Domingos Augusto Taufner**

Conselheiro Presidente

## **Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha**

Conselheiro Vice-Presidente

## **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**

Conselheiro Corregedor

## **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**

Conselheiro Ouvidor

## **Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**

Conselheiro Diretor da Escola de Contas Públicas

## **Davi Diniz de Carvalho**

Conselheiro Presidente da 1ª Câmara

## **Rodrigo Coelho do Carmo**

Conselheiro Presidente da 2ª Câmara

## **Conselheiros Substitutos**

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Donato Volkers Moutinho

## **Ministério Público de Contas**

Luciano Vieira

Procurador-Geral

## **Procuradores de Contas**

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luís Henrique Anastácio da Silva

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	Pág. 05
<b>1 - DESEMPENHO INSTITUCIONAL .....</b>	Pág. 06
<b>2 - CONTROLE EXTERNO .....</b>	Pág. 11
<b>3 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA .....</b>	Pág. 14
<b>4 - RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	Pág. 18
<b>5 - CAPACITAÇÃO .....</b>	Pág. 23
<b>6 - COMUNICAÇÃO .....</b>	Pág. 26
<b>7 - ENGAJAMENTO DOS SERVIDORES .....</b>	Pág. 31
<b>TEXTO FINAL .....</b>	Pág. 33



# APRESENTAÇÃO

Desde sua posse, o presidente reafirmou como propósito central promover o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio do controle externo, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas, conforme a missão estabelecida no Plano Estratégico 2024–2037.

O biênio 2024/2025 foi marcado pela consolidação de uma gestão orientada pela continuidade institucional, inovação, fortalecimento da governança pública e valorização das pessoas. À frente da presidência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o conselheiro Domingos Taufner conduziu a Corte com foco em resultados, compromisso social e alinhamento às melhores práticas nacionais e internacionais de governança.



**Domingos Augusto Taufner**  
Conselheiro Presidente

# **1. DESEMPENHO INSTITUCIONAL**

## 1.1 - Marco de Medição do Desempenho

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) desenvolveu o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC). A ferramenta constitui o principal instrumento de avaliação da qualidade e da agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil.

O MMD-TC possibilita uma visão abrangente das áreas mais relevantes para o desempenho dos Tribunais de Contas, contemplando tanto as atividades finalísticas de controle externo quanto os processos de governança e gestão interna.

Os níveis de desempenho adotados no MMD-TC são definidos com base na pontuação atribuída a cada indicador (QATC) e variam em uma escala de 0 a 4, sendo 4 a nota de excelência.

**Na última aplicação do MMD-TC, ciclo 2024, o TCEES alcançou 83,33% de aproveitamento, com elevado desempenho (notas 3 e 4) em 19 dos 24 indicadores avaliados.**

Entre os indicadores que se destacaram encontram-se:

- Composição, organização e funcionamento dos tribunais de contas;
- Liderança;
- Estratégia;
- Accountability;
- Planejamento geral de fiscalização e auditoria;
- Controle e garantia de qualidade de fiscalizações e auditorias;
- Controle concomitante externo;
- Informações estratégicas para o controle externo;
- Fiscalização e auditoria de concessões e privatizações.

## 1.2 - Transparência

A transparência constitui um dos pilares da boa governança pública, sendo fundamental para fortalecer a confiança nas instituições e estimular o controle social. No âmbito do controle externo, os Tribunais de Contas desempenham papel estratégico ao avaliar e estimular a transparência da gestão pública.

Inserido no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), coordena-

do pela Atricon, os Tribunais de Contas realizam o Levantamento Nacional da Transparência Pública, em que avaliam a transparência dos próprios portais e de seus órgãos jurisdicionados, com o uso de metodologia padronizada para verificar se as informações são claras, precisas e acessíveis ao cidadão.

Segundo dados dispostos no site Radar Nacional da Transparência Pública, **o TCEES recebeu o Selo Diamante de Qualidade em Transparência Pública** no Levantamento Nacional de Transparência Pública realizado nos ciclos de 2024 e 2025.

O Selo Diamante, a mais alta premiação, é concedido a instituições que alcançam 100% dos critérios essenciais, mantendo um nível de transparência entre 95% e 100%.



## 1.3 - Integridade

A integridade representa um valor central para a governança pública, assegurando que a atuação institucional esteja alicerçada na ética, na imparcialidade, na prevenção de conflitos de interesses e na priorização do interesse público.

Com o objetivo de fortalecer o compromisso com a cultura de um ambiente íntegro, **o TCEES instituiu, por meio da Resolução n. 384, de 6 de agosto de 2024, o seu Programa de Integridade, tendo como base as diretrizes dispostas no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC).**

O conjunto estruturado de ações institucionais internas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção, fraudes, subornos, irregularidades, conflitos de interesses, desvios de conduta e quaisquer outros desvios éticos e de conduta, está contido no Plano de Integridade, aprovado pelo Conselho Superior de Administração, por meio da Decisão Plenária n. 17, de 10 de dezembro de 2024.

Ao adotar tais medidas, o TCEES reafirma seu comprometimento com a boa governança e estabelece padrões de integridade que servem de referência para os órgãos sob sua jurisdição, na busca pela construção de ambientes organizacionais éticos e confiáveis.

## 1.4 - Sustentabilidade

A sustentabilidade tem se consolidado como um princípio fundamental da gestão pública contemporânea, orientando instituições para um modelo de desenvolvimento que concilia eficiência administrativa, responsabilidade ambiental e promoção do bem-estar social.

As ações de controle externo realizadas pelo TCE-ES envolvem questões relacionadas à sustentabilidade, contendo no Plano Anual de Controle Externo (PACE) todas as linhas de atuação vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O TCE-ES assumiu o compromisso de não apenas fiscalizar e orientar boas práticas sustentáveis, mas também de incorporá-las em sua própria estrutura e funcionamento. Com a instituição do **Programa de Sustentabilidade e Responsabilidade Social**, aprovado por meio da Resolução n. 391, de 11 de março de 2025, e do **Plano de Logística Sustentável** (Decisão Plenária Administrativa N° 2/2025), ações de conscientização social e ambiental, com vistas a combater todas as formas de desperdício de recursos naturais e de bens públicos, estimulando a ecoeficiência e a adoção de práticas sustentáveis, foram implementadas pela instituição englobando 6 eixos temáticos:

- Uso racional de energia elétrica;
- Uso racional da água;
- Gestão de resíduos recicláveis;
- Promoção da responsabilidade social;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Compras públicas sustentáveis.

As iniciativas dispostas encontram-se em consonância com o preconizado pelo programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que tem como objetivo a criação de uma cultura de responsabilidade socioambiental na Administração Pública, tendo o TCE-ES firmado Termo de Adesão a esta importante agenda.



## 1.5 - Governança

No Plano Estratégico do TCEES 2024-2037 foi definido como um dos objetivos estratégicos a garantia da excelência do sistema de governança do TCEES, com vistas ao cumprimento da missão e o alcance da visão estabelecidas pela Corte. Neste sentido, **a aprovação da Política de Governança, instituída pela Resolução nº 393/2025, consolida mais uma importante etapa de fortalecimento da governança institucional**, que busca também fomentar à adoção de boas práticas de governança de seus jurisdicionados, de forma a promover o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável das organizações públicas.

## **2. CONTROLE EXTERNO**

## 2.1 - Capacidade de resposta

No setor público, a capacidade de resposta refere-se à prestação de serviços de qualidade e de forma tempestiva, atendendo de maneira efetiva as aspirações da sociedade. No exercício do controle externo, o TCEES tem assegurado elevados padrões neste aspecto, em consonância ao princípio constitucional da duração razoável do processo.

Atualmente, **o Tribunal cumpre os prazos de julgamento em 93% dos processos de controle externo, garantindo maior efetividade às suas fiscalizações** contribuindo para a correta aplicação dos recursos por parte dos administradores públicos.

## 2.2 - Dados de julgamentos

O TCE-ES tem **reduzido significativamente o tempo para o trânsito em julgado, atingindo uma média de 262 dias em 2025** - queda de 13% comparado a 2024, seguindo a tendência de queda alcançada nos últimos anos.

O aumento de sessões e a otimização dos julgamentos acelera a decisão final e a efetivação das decisões. A Corte aumentou a produção dos colegiados em 12%, julgando 1000 processos a mais em 2025 em relação a 2024.

## 2.3 - Vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As ações de controle externo do Tribunal em 2025 foram alinhadas a **12 dos 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU**. O Pace é o instrumento de planejamento do tribunal, em nível tático e de cumprimento obrigatório, que fixa as linhas de ação de controle externo a serem desenvolvidas pela instituição em cada exercício, com foco na contabilidade pública e gestão fiscal, nas políticas públicas, nos negócios públicos e nas demais áreas de competência do tribunal.

Os ODS impactados diretamente por essas ações foram: erradicação da pobreza; promoção de saúde e bem-estar; educação de qualidade; água potável e saneamento; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comu-

nidades sustentáveis; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação; e igualdade Étnico-Racial.



## 2.4 - Reestruturação da Segex

Para assegurar maior especialização das fiscalizações, a Secretaria-geral de Controle Externo (Segex) foi reorganizada em cinco secretarias:

- Contabilidade;
- Políticas Públicas;
- Infraestrutura;
- Pessoal e Previdência;
- Negócios Públicos.

## 2.5 - Fiscalizações com repercussão na imprensa

As ações de fiscalização realizadas pelo Tribunal no biênio 2024–2025 alcançaram **ampla repercussão nos veículos de comunicação estaduais e nacionais**, refletindo a relevância social dos temas acompanhados e a credibilidade da atuação institucional da Corte.

Entre os principais objetos de fiscalização que ganharam destaque estão o acompanhamento de grandes obras públicas, o monitoramento de políticas públicas essenciais, a atuação em áreas sensíveis como saúde, educação, saneamento, previdência, infraestrutura e o enfrentamento à desinformação. As ações do TCE-ES também tiveram destaque em pautas relacionadas à fiscalização preventiva, ao controle concomitante e à orientação aos gestores públicos, ampliando o caráter pedagógico do controle externo.

# **3. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

O TCE-ES proporciona ao cidadão, por meio do **Painel de Controle**, a oportunidade de acompanhar, de forma atualizada, como o dinheiro público está sendo utilizado pelos órgãos municipais e estaduais e os resultados das fiscalizações realizadas.

Nesta gestão, com foco na responsabilidade social, utilizando-se de tecnologias inovadoras, a quantidade de informações acessíveis aos cidadãos foi consideravelmente ampliada, contando atualmente com mais de 200 painéis interativos com indicadores e gráficos atualizados.

Seguem novidades constantes do Painel de Controle que ocorreram nesta gestão:

### **3.1 - Observatório do saneamento básico - Resíduos Sólidos**

Além da situação dos serviços de água e esgoto, agora também são abordados os **serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nos 78 municípios do Estado do Espírito Santo**. O painel apresenta uma visão geral das principais informações sobre atendimento de coleta regular de resíduos domiciliares e de limpeza urbana, recuperação de resíduos recicláveis, disposição final dos resíduos sólidos, gestão financeira, a regularidade do município na disponibilização das informações, entre outras.

### **3.2 - Emendas individuais impositivas por transferência especial**

São dois painéis sobre as emendas e as respectivas despesas, com informações como:

- **Valores das emendas, esferas beneficiárias e parlamentares**, a partir de dados do governo federal (API de Transferências Especiais do Transferegov).
- **Valores de empenho, liquidação e pagamento, relacionados às emendas**, a partir de dados declarados ao TCEES (sistema CidadES).

Ambos os painéis exibem uma visão geral, uma lista dos registros (emendas e empenhos) e um detalhamento das informações.

### **3.3 - Desestatizações - Concessões comuns, PPP e privatizações**

Antigo painel de Concessões comuns e PPP, **agora conta também com privatizações**. Além disso, foram acrescentados novos gráficos sobre entidades estruturadoras, verificadores independentes e vencedores do certame. Por fim, foi disponibilizado um detalhamento acerca dos editais e dos contratos de desestatização, bem como os links para editais e contratos.

### **3.4 - Investimentos dos institutos de previdência**

Apresenta um **panorama dos investimentos realizados pelos Regimes Próprios de Previdência Social do Espírito Santo**. Além da visão geral, são apresentados painéis sobre:

- Distribuição dos investimentos;
- Enquadramento aos limites legais e regulamentares;
- Montantes investidos em fundos de investimento;
- Cumprimento dos prazos de envio do Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR);
- Adesões ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS);
- Reuniões dos comitês de investimento;
- Certificações dos membros dos comitês de investimento.

### **3.5 - Concursos públicos**

Apresenta os concursos públicos para provimento de pessoal efetivo. A partir deles são originados os atos de admissão de pessoal encaminhados pelo sistema CidadES com vistas à apreciação de sua legalidade para fins de registro, com fundamento na competência prevista no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988.

### **3.6 - Atos de pessoal de admissão de pessoal e de concessão de benefícios**

São dois painéis. O primeiro apresenta as decisões do TCEES sobre os atos de

admissão de pessoal. O segundo apresenta as decisões do TCEES sobre os atos de concessão inicial de aposentadoria, transferência para a reserva e reforma. Em ambos os dados são encaminhados pelo sistema CidadES com vistas à apreciação de sua legalidade para fins de registro, com fundamento na competência prevista no art. 71, IV, da Constituição Federal de 1988.

## 3.7 - Contratações

Exibe dados sobre as **Contratações realizadas pelos órgãos estaduais e municipais do Espírito Santo**, contemplando licitações (para celebração de contratos ou atas de registro de preços), adesões a atas de registro de preços, contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), credenciamentos e chamamentos públicos. Em alguns casos, uma mesma contratação pode resultar na celebração de múltiplos instrumentos contratuais.

Estes e outros painéis podem ser conferidos em  
**paineldecontrole.tcees.tc.br**

## **4. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Sob a presidência de Domingos Taufner, o TCE-ES reforçou seu papel como instituição de controle que também promove direitos, equidade e cidadania, articulando ações de fiscalização, educação e sensibilização social.

## 4.1 - Desinformação

A difusão de informações falsas e a manipulação de conteúdos no ambiente digital representam um dos maiores desafios contemporâneos para a democracia, para as instituições públicas e para a efetividade das políticas públicas. Ciente desse cenário, o Tribunal de Contas do Estado estruturou, no biênio 2024–2025, um conjunto integrado de ações voltadas ao enfrentamento da desinformação e à promoção de uma cultura de responsabilidade informacional no setor público, atuando de forma preventiva, educativa e articulada em rede.

No campo da articulação institucional, o TCE-ES liderou a construção e firmou, inicialmente com os três Poderes e diversas instituições públicas capixabas, o **Termo de Cooperação para Combater a Desinformação**, com o objetivo de planejar campanhas conjuntas, padronizar fluxos de informação e promover a circulação de conteúdos verídicos de interesse público. Posteriormente, novas instituições passaram a integrar formalmente essa rede, ampliando seu alcance e capilaridade, fortalecendo a atuação coordenada no Estado.

Como desdobramento desse pacto interinstitucional, o Tribunal promoveu eventos técnicos e institucionais voltados ao debate sobre desinformação, educação midiática e transparência, reunindo especialistas, representantes do sistema de Justiça, da academia e de órgãos públicos. As atividades tiveram ampla repercussão na imprensa capixaba, consolidando o TCE-ES como ator central na qualificação do debate público sobre o tema.

No eixo da educação digital e da orientação institucional, a Secretaria de Comunicação do TCE-ES produziu e lançou a **1ª edição do “Guia de Boas Práticas de Redes Sociais do TCE-ES”**, documento que orienta servidores, auditores, membros da Corte e cidadãos sobre o uso responsável, ético e estratégico das plataformas digitais. O Guia aborda temas como comportamento digital, verificação de informações, segurança da informação, proteção da imagem institucional e boas práticas de engajamento, tornando-se referência permanente para a atuação digital no âmbito do Tribunal.

A estratégia de enfrentamento à desinformação também contou com forte

produção de conteúdos audiovisuais e ações de comunicação educativa, com vídeos institucionais, palestras, entrevistas com especialistas e peças informativas amplamente veiculadas nas redes sociais e no YouTube do TCE-ES, ampliando o alcance das informações confiáveis junto à sociedade.

Essa agenda contou com apoio e protagonismo da presidência do Tribunal, que reiteradamente destacou a relevância da responsabilidade institucional como valor da administração pública, do fortalecimento da comunicação institucional e do papel do controle externo como indutor de uma cultura de transparência, verdade e cidadania.



## 4.2 - Violência contra a mulher

O enfrentamento à violência contra a mulher foi tratado como agenda estratégica da atuação institucional do TCE-ES no biênio 2024–2025, reunindo ações de fiscalização, produção de conhecimento, articulação interinstitucional, campanhas educativas e forte engajamento da presidência da Corte.

No campo do controle externo, **o Tribunal realizou auditoria específica sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas**, que identificou fragilidades na estrutura de atendimento, na articulação da rede de proteção, na execução orçamentária e na oferta de serviços especializados nos municípios. Os trabalhos técnicos resultaram em recomendações aos gestores e foram amplamente divulgados, inclusive com repercussão na imprensa.

Além da auditoria, **o TCE-ES promoveu a apresentação pública dos resulta-**

**dos dos levantamentos e estudos técnicos, em evento institucional com participação de especialistas**, fortalecendo o caráter pedagógico do controle externo e contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas na área.

**O presidente Domingos Taufner teve atuação direta e protagonismo na condução desta agenda, com a criação de um grupo de pesquisa voltado ao estudo da violência contra a mulher, além de visitas institucionais a órgãos que atuam na linha de frente da rede de proteção, como delegacias especializadas, centros de referência e instituições do sistema de Justiça.**

Em suas manifestações públicas, o presidente também destacou de forma recorrente a importância do orçamento público como instrumento fundamental no enfrentamento à violência contra as mulheres, reforçando a necessidade de planejamento, prioridade política e correta aplicação dos recursos.

No eixo de mobilização e conscientização social, **o TCE-ES participou ativamente de campanhas nacionais e institucionais**, com destaque para o **Agosto Lilás**, com ações de sensibilização e reflexão sobre o enfrentamento à violência contra a mulher; e **Dia do Laço Branco**, que simboliza o compromisso dos homens no combate à violência doméstica, evento institucional promovido pelo Tribunal e que integrou o calendário oficial da Corte.

Como instrumento de educação e comunicação institucional, o Tribunal também produziu o **documentário “Lei Maria da Penha: Histórias e Desafios no Combate à Violência Doméstica”**, reunindo relatos de sobreviventes, especialistas e representantes de instituições da rede de proteção. O material reforça o papel do TCE-ES não apenas como órgão de fiscalização, mas também como agente indutor de políticas públicas, de cidadania e de transformação social.

## **4.3 - Equidade racial**

A promoção da equidade racial foi incorporada ao eixo da responsabilidade social do TCE-ES como agenda permanente de transformação institucional e de indução de políticas públicas mais justas, alinhada aos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade humana e da justiça social. No biênio 2024–2025, **o Tribunal avançou de forma consistente na construção de uma atuação estruturada, que integrou sensibilização, produção de**

## **dados, institucionalização de políticas internas e articulação com a sociedade.**

Como marco dessa agenda, o TCE-ES promoveu, em alusão ao Dia da Consciência Negra, o **evento “Consciência e Ação: juntos pela equidade racial”**, reunindo especialistas, gestores públicos, servidores e representantes da sociedade civil para refletir sobre o racismo estrutural e os desafios da promoção da igualdade racial no âmbito das instituições públicas. O evento reafirmou o compromisso da Corte com a temática e consolidou o entendimento de que a equidade racial deve ser tratada como política pública transversal.

Durante a programação, foram realizadas palestras e debates com referência nacional, que abordaram a importância da equidade racial nas organizações públicas, a responsabilização institucional no combate ao racismo e o papel das lideranças na promoção de ambientes inclusivos. As discussões reforçaram a compreensão de que a luta contra o racismo é um compromisso coletivo, que exige atuação contínua das instituições.

Como desdobramento prático desse compromisso, o **Tribunal apresentou oficialmente a Comissão de Promoção da Equidade Racial e de Combate ao Racismo**, instância permanente destinada a planejar, acompanhar e avaliar ações institucionais voltadas à diversidade, à inclusão e ao enfrentamento das desigualdades raciais no âmbito interno do TCE-ES e na relação com os jurisdicionados.

No campo do diagnóstico institucional, foi apresentado o **Censo Étnico-Racial do TCE-ES**, instrumento fundamental para a produção de dados qualificados sobre o perfil racial dos servidores. O levantamento permite identificar assimetrias, orientar a formulação de políticas internas e subsidiar ações estratégicas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades no ambiente organizacional.

# 5. CAPACITAÇÃO

A capacitação permanente de gestores públicos, servidores, auditores e jurisdicionados foi tratada no biênio 2024–2025 como eixo estratégico para o fortalecimento da gestão pública, a melhoria da qualidade do gasto e o aprimoramento do controle externo. **Por meio da Escola de Contas, foram estruturadas ações formativas presenciais, híbridas e a distância**, com foco na orientação, prevenção de falhas e na qualificação técnica continuada.

## 5.1 - Encontro de Formação em Controle (Enfoc)



O Encontro de Formação em Controle (ENFOC) é uma das principais ferramentas de capacitação descentralizada do TCE-ES, promovendo a interiorização do conhecimento e o diálogo direto com os gestores e servidores municipais.

A programação do ENFOC 2025 foi organizada em trilhas prioritárias de capacitação, com destaque para temas estratégicos como:

- gestão de custos no setor público;
- planejamento orçamentário;
- nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021);
- controle interno;
- governança, integridade e transparência;
- políticas públicas e uso de indicadores na gestão.

Ao longo do biênio, o **ENFOC** contabilizou 90 cursos realizados, com a capacitação de 7.422 participantes, alcançando gestores e técnicos de diversos municípios capixabas e promovendo a padronização de boas práticas administrativas.

## 5.2 - Eventos

No biênio 2024–2025 foi realizada **uma agenda contínua de eventos técnicos, institucionais e formativos, voltados à atualização profissional, ao debate de temas estratégicos da administração pública e à aproximação com gestores, servidores e a sociedade.**

Foram realizados seminários, oficinas, palestras, congressos e encontros técnicos que abordaram temas como planejamento governamental, monitoramento e avaliação de políticas públicas, execução orçamentária e finanças, licitações, controle interno, governança, comunicação pública e desenvolvimento institucional. Esses eventos reuniram gestores municipais, servidores públicos, auditores, membros do Tribunal e especialistas de diferentes áreas.

## 5.3 - Cursos à Distância

Complementarmente às ações presenciais, o **TCE-ES investiu fortemente na ampliação da educação a distância**, por meio do Catálogo de Cursos da Escola de Contas, disponível em plataforma digital aberta aos jurisdicionados e à sociedade.

Atualmente, o Tribunal disponibiliza **68 cursos à distância**, com conteúdos atualizados e abordagem prática, abrangendo temas como contabilidade pública; licitações e contratos; controle interno e externo; previdência pública; planejamento governamental; políticas públicas; e sustentabilidade, integridade e governança.

Os cursos EaD somam **54.957 participações em 2025**, demonstrando o alcance da estratégia de capacitação remota como instrumento de democratização do conhecimento e fortalecimento da administração pública em todo o Estado.

## **6. COMUNICAÇÃO**

No biênio 2024-2025, o TCE-ES investiu no fortalecimento da Comunicação Pública como política institucional, articulando ações formativas, atuação em rede, relacionamento com a imprensa, presença digital qualificada e iniciativas de diálogo direto com os cidadãos.

## 6.1 - Formação e qualificação em Comunicação Pública

O TCE-ES assumiu **protagonismo na promoção do debate técnico sobre Comunicação Pública e Comunicação Institucional** no âmbito do controle externo e da administração pública.

Em 2024, a Corte promoveu o **Congresso de Comunicação dos Tribunais de Contas**, iniciativa que reuniu profissionais de comunicação de diversas Cortes de Contas do país, além de profissionais da área de todas as regiões do Espírito Santo. O evento teve como foco central a aproximação da administração pública com a sociedade, por meio da modernização das linguagens, do uso estratégico das redes sociais, do fortalecimento do jornalismo institucional e da ampliação da transparência ativa. A programação incluiu oficinas temáticas sobre desafios contemporâneos da profissão, inovação digital e comunicação pública.



Já em 2025, o Tribunal realizou o **Seminário Estadual de Comunicação Pública**, reunindo servidores, gestores e profissionais da área para debater a

importância da comunicação para a democracia, a transparência, o controle social e a efetivação das políticas públicas. O evento consolidou a Comunicação como instrumento estratégico da gestão pública e da relação entre Estado e sociedade.



## 6.2 - Rede municipal de comunicação do Espírito Santo

Como estratégia de fortalecimento do fluxo de informações públicas e de articulação institucional com os municípios, **o TCE-ES foi o indutor da criação da Rede Municipal de Comunicação do Espírito Santo.**

A primeira reunião contou com a participação de profissionais de comunicação de mais de 70 municípios capixabas, com o objetivo de qualificar o envio e a divulgação de informações públicas de interesse coletivo; integrar a comunicação institucional municipal à comunicação do controle externo; estimular a troca de experiências e a padronização de boas práticas; e ampliar o alcance das ações do TCE-ES junto à população.

A Rede fortaleceu a atuação colaborativa entre o Tribunal e os municípios, contribuindo para uma comunicação pública mais integrada, transparente e orientada ao cidadão.

## 6.3 - Repercussão na imprensa

A atuação institucional do TCE-ES ao longo do biênio 2024–2025 alcançou expressiva visibilidade nos meios de comunicação. No período, foram registradas **mais de 5.700 matérias jornalísticas** com menções ao Tribunal, sendo mais de **95% com abordagem positiva**, em veículos de televisão, rádio, portais de notícias e jornais impressos.

A presença qualificada na mídia reforçou a credibilidade institucional do Tribunal e ampliou o acesso da sociedade às informações sobre a atuação do controle externo.

## 6.4 - Redes sociais

A presença digital do TCE-ES foi significativamente fortalecida no biênio, com destaque para o crescimento orgânico e o alto grau de engajamento nas redes sociais, especialmente no Instagram.

Entre janeiro de 2024 e agosto de 2025, foram registrados:

- crescimento superior a **212% no alcance** das publicações;
- aumento de mais de **43% no número de seguidores**;
- crescimento acima de **140% nas interações**.

Em 2025, o **perfil do TCE-ES figurou entre os Tribunais de Contas com maior engajamento nas redes sociais do país**, sem investimento em mídia paga. Os resultados estão associados a uma estratégia baseada em uso de linguagem acessível e institucionalmente responsável, valorização de conteúdos com impacto direto na vida do cidadão, produção de vídeos e reels educativos, modernização visual do perfil, uso equilibrado de tendências digitais e fortalecimento da transparência ativa.

## 6.5 - Feira dos Municípios – aproximação com a sociedade

Em ação inédita, o TCE-ES participou da **Feira dos Municípios 2025**, maior evento de integração entre municípios, instituições públicas e sociedade no Espírito Santo, que reuniu milhares de visitantes ao longo da programação.

O Tribunal instalou estande próprio com o **projeto interativo “Prefeito por um Dia”**, no qual os visitantes participavam de um quiz sobre orçamento público, políticas sociais, educação, saúde, obras e finanças públicas, simulando decisões de gestão municipal. A iniciativa permitiu explicar, de forma lúdica e acessível, como as decisões administrativas impactam diretamente a vida das pessoas e qual é o papel do controle externo nesse processo.

A participação do TCE-ES na Feira dos Municípios reforçou a estratégia de aproximação institucional com a sociedade, fortalecimento do controle social e disseminação de conhecimento sobre a gestão dos recursos públicos.



## **7. ENGAJAMENTO DOS SERVIDORES**

O engajamento dos servidores foi reconhecido, no biênio 2024–2025, como alicerce fundamental para os resultados alcançados pelo Tribunal de Contas. A gestão adotou como diretriz permanente **a valorização das pessoas, o fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional e a construção de um ambiente organizacional orientado à excelência, à cooperação e aos resultados.**

Levantamento interno realizado em 2024 evidenciou índices expressivos de comprometimento e satisfação, quando **99,6% dos servidores declararam-se comprometidos com o progresso do TCE-ES e 93,9% afirmaram estar satisfeitos com o trabalho desenvolvido.**

Como instrumento concreto de reconhecimento e estímulo ao desempenho, foi implantado, nesta gestão, o pagamento do Bônus por Desempenho, que passou a integrar a política de valorização do servidor.

O engajamento também foi impulsionado por ações voltadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho, ao investimento em capacitação contínua e ao fortalecimento da comunicação interna.



**Ao longo do biênio 2024–2025, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo fortaleceu sua atuação como instituição pública orientada a resultados, capaz de responder aos desafios contemporâneos da administração pública com eficiência, transparência e responsabilidade social. As iniciativas desenvolvidas refletem um Tribunal que evolui continuamente, sem perder de vista sua missão constitucional.**

**Os avanços observados na celeridade processual, no uso de tecnologias, na qualificação de gestores, na comunicação pública e na atuação em pautas sociais demonstram a maturidade institucional alcançada no período. Esse desempenho foi sustentado pelo engajamento dos servidores, pela articulação com os municípios e pelo diálogo permanente com a sociedade.**

**Com bases sólidas e visão de futuro, o TCE-ES encerra este ciclo preparado para dar continuidade às ações estruturantes, aprofundar a indução de boas práticas de governança e ampliar sua contribuição para a melhoria das políticas públicas e da vida dos cidadãos capixabas.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**